

Sujeitos femininos de direito: Paradoxos da política de identidade e a dominação sobre as mulheres

BAPTISTA, Bruna Cruz¹

Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

FERREIRA, Aldo Pacheco²

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

A especificidade do feminino permeia sua relação com outros campos de saber, e torna-se um novo horizonte para pensar a diferença. Termo polissêmico, o feminino remete tanto ao tornar-se mulher, quanto às origens da sexualidade e aos papéis de gênero. Esta pesquisa teve como motivação inicial o estudo de um órgão cuja anatomia é geralmente ignorada ou mal interpretada: o clitóris. Principalmente se confrontado a outra parte do aparelho genital: a vagina. A partir de uma matriz metodológica composta de entrevistas e revisão bibliográfica somado a um estudo comparativo frente à utilização do *Google forms* como instrumento de avaliação. Foi-nos revelado que muito mais do que um mero desconhecimento, o que havia envolto a este parco conhecimento acerca do clitóris relacionava-se com interesses de cunho social e cultural. Com relações de poder. E afetava materialmente a vida das mulheres não somente no âmbito sexual e do prazer, mas também no da sociabilização, pautada em papéis sociais, restrições, violências, opressões e dominações.

Palavras-chave: Feminismo. Clitóris. Relações de Poder. Violência. Direitos Humanos.

Female subjects of law: Paradoxes of identity politics and domination over women

ABSTRACT

The specificity of the feminine permeates her relationship with other fields of knowledge and becomes a new horizon for thinking about difference. A polysemic term, the feminine

1 Historiadora (UFRJ), Mestrado em História Comparada (UFRJ), Especialista em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (FIOCRUZ). E-mail: nunahistorias@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2192432300893206>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3910-8919>.

2 Biólogo, Mestrado e Doutorado (UFRJ). E-mail: aldoferreira@ensp.fiocruz.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0942554454570321>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7122-5042>.

refers to becoming a woman and the origins of sexuality and gender roles. This research was initially motivated by studying the organ whose anatomy is generally ignored or misinterpreted: the clitoris. Especially if faced with another part of the genital apparatus: the vagina. The study was based on a bibliographic review added to a comparative study with Google forms as an evaluation instrument. It was revealed that much more than mere ignorance, what had involved this little knowledge about the clitoris was related to interests of a social and cultural nature, with power relationships. And it materially affected the lives of women not only in terms of sexual and pleasure but also in terms of socialization, based on social roles, restrictions, violence, oppression and domination.

Keywords: Feminism. Clitoris. Power Relations. Violence. Human Rights.

Mujeres sujetas de derecho: paradojas de las políticas de identidad y la dominación sobre las mujeres

RESUMEN

La especificidad de lo femenino permea su relación con otros campos del saber, y se convierte en un nuevo horizonte para pensar la diferencia. Un término polisémico, lo femenino se refiere tanto a convertirse en mujer como a los orígenes de la sexualidad y los roles de género. Esta investigación estuvo inicialmente motivada por el estudio de un órgano cuya anatomía es generalmente ignorada o mal interpretada: el clítoris. Sobre todo, si se enfrenta a otra parte del aparato genital: la vagina. El estudio se basó en una revisión bibliográfica sumada a un estudio comparativo a través de la aplicación *Google Forms* como instrumento de evaluación. Se nos reveló que mucho más que un mero desconocimiento, lo que había implicado este poco conocimiento sobre el clítoris estaba relacionado con intereses de índole social y cultural. Con relaciones de poder. Y afectó materialmente la vida de las mujeres no solo en términos de sexualidad y placer, sino también en términos de socialización, basada en roles sociales, restricciones, violencia, opresión y dominación.



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.8 N.16 [2022]
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2022.253130>

Palabras clave: Feminismo. Clítoris. Relaciones de Poder. Violencia. Derechos Humanos.

INTRODUÇÃO

Um resgate histórico nos mostra o conhecimento do clitóris como *locus* do prazer há mais de dois milênios (BOZON, 2001). E por que ainda assim seu conhecimento aparenta tão recente? Por que, ainda hoje, as próprias pessoas que possuem um clitóris desconhecem a anatomia deste órgão e até mesmo a sua função? O prazer sexual. E se ele é o responsável pelo prazer sexual das pessoas que o possuem (e o único órgão num corpo humano destinado somente a isto), por que muitas nunca tiveram um orgasmo sexual ou não sentem prazer sexual?

Estas foram questões iniciais que nos motivaram a estudar um pouco mais sobre este órgão e o seu desconhecimento por grande parte da sociedade (e não somente por pessoas que o possuem). Principalmente em contrapartida a outra parte do aparelho genital das pessoas consideradas como mulheres (aparelho este composto pelos órgãos genitais: vagina, útero, trompas, ovários monte púbico e vulva, englobando os lábios externos e internos e o clitóris), a vagina (FERNÁNDEZ; FERNÁNDEZ; CASTRO, 2013).

Nossos estudos foram nos revelando que muito mais do que um mero desconhecimento, o que havia envolto a este parco conhecimento acerca do clitóris relacionava-se com interesses de cunho social e cultural. Com relações de poder. E afetava materialmente a vida das pessoas consideradas como mulheres não somente no âmbito sexual, mas também no da sociabilização, pautada em papéis sociais, restrições, violências, opressões e dominações (FEDERICI, 2019).

Segundo Nash (1982), o debate em torno da opressão da mulher e seu papel na história fora inaugurado na década de 1940, por ação da historiadora



Mary Beard ao abordar a questão da marginalização da mulher nos estudos históricos. No texto, a autora atribui as escassas referências às mulheres ao fato de a grande maioria dos historiadores, sendo homens, ignorarem-na sistematicamente. Seu argumento provocou uma réplica do historiador Hexter (1969), para quem a ausência das mulheres na história não devia ao fato de elas estarem sendo excluídas, mas sim ao fato de elas não terem participado dos grandes acontecimentos políticos e sociais.

Desta forma, empreendemos nossa pesquisa focando não somente no clitóris, mas também na sexualidade feminina, no prazer sexual e orgasmo, sob o aporte de Schiebinger (1987), Laqueur (1992, 2001), O'Connell et al. (1998), O'Connell; Sanjeevan; Hutson (2005) e Knibiehler (2007). Além destes objetos de estudo, nos concentramos também no corpo biológico como lugar de controle e de disciplina, com o subsídio dos estudos de Foucault (2010, 2020), aí esbarrando nas questões da sociedade e das relações de gênero, com as contribuições de Scott (1995), Rago (1998), Nicholson (2000) e hooks (2017), que por sua vez deparam-se com as relações de poder, resgatando novamente estudos de Laqueur (1992, 2001) e Foucault (2010, 2020), somados a Bobbio; Matteucci; Pasquino (1983), Kergoat (2010) e Pateman (2020).

Com tudo isso, tornou-se iminente uma revisão dos recursos metodológicos e a ampliação dos campos de interesse e investigação histórica. A historiadora Joan Scott enxergou aí um desafio teórico,

que exigia uma análise não apenas da relação entre a experiência masculina e a experiência feminina no passado, mas também da conexão entre a história passada e a prática histórica presentes. Como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas a essas questões dependem de uma discussão do gênero como categoria analítica. (SCOTT, 1995, p.74).



Gênero, como um conceito, segundo aponta Matos (2008), surgiu em meados dos anos 1970 e foi instantaneamente disseminado nas ciências a partir dos anos 80. Sua reformulação surgiu com o propósito de distinguir e separar o sexo – categoria analítica marcada pela biologia e por uma abordagem essencializante da natureza fundamentada no biológico – do gênero, dimensão esta que enfatiza traços de construção histórica, social e sobretudo política que implicaria análise relacional. Enquanto proposta de um sistema de classificação, a “categoria” gênero, em sua forma mais difundida, tem sido acionada quase sempre de forma binária para se referir à lógica das diferenças entre o feminino e o masculino, os homens e as mulheres e, também, entre a homo e a heterossexualidade. Sobre esse aspecto, Margareth Rago destaca que a superação da lógica binária é elementar para que se torne possível construir um novo olhar aberto às diferenças (RAGO, 1998).

Gramaticalmente, o gênero é compreendido como classificação, como o modo de expressão do sexo, real ou imaginário dos seres, como atribuição do masculino ou do feminino. Compreender a trajetória dessa palavra é desnudar seus símbolos, significados e interpretações que fazem interagir conceitos e relações. Conforme Scott e Nicholson, ignorar este caráter social e historicamente construído da palavra pode ser um grande engano ao se trabalhar com o conceito de gênero, cujo cerne é justamente sair de explicações sobre as desigualdades fundamentadas sobre as diferenças físicas e biológicas, afirmando seu caráter social, histórico e político (SCOTT, 1995; NICHOLSON, 2000).

A proposta teórica forjada por Scott levou em conta que, por um lado, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos pela biologia; e, por outro, é uma forma primeira de significar as relações de poder. Conforme a historiadora, “as mudanças na organização das relações sociais correspondem, sempre, à mudança nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional” (SCOTT, 1995, p. 86). Dessa forma, podemos compreender a proposta teórica de Scott como um

apontamento às desigualdades entre homens e mulheres e uma motivação em modificar esse *status quo*.

Status esse marcado pela heteronormatização³, combinação da síntese do pensamento colonial/europeu/religioso-patriarcal, construindo e impondo uma nova compreensão das relações afetivas (LOURO, 2009). De acordo com Costa (2018), essa normatização se dá por meio da marcação do corpo, identificando-o como macho ou fêmea, e assim, determinando, necessariamente, um gênero (masculino ou feminino) e conduzindo-o a uma única forma de desejo (que deve se dirigir ao sexo/gênero oposto). Com isso, a heteronormatividade busca sustentar e impor uma lógica que supõe a coerência entre sexo/gênero/sexualidade, de forma a não aceitar outras configurações que possam romper com essa norma (LOURO, 2008).

Se por um lado as mulheres, enquanto grupo coletivo, ensejam o reconhecimento social e político, por outro, é pertinente indagar a própria constituição do termo mulher como identidade do sujeito. Nesse ponto, nossa reflexão encaminha-se diretamente para o cenário contemporâneo, no qual as identidades estão abertas à construção, pensamento que provoca uma fissura e favorece a problematização da categoria gênero.

Em nossa pesquisa buscamos investigar como se relacionou o histórico apagamento do clitóris com a sexualidade feminina, observando suas implicações na socialização e nas relações de poder, mais especificamente entre homens e mulheres (assim ditos a partir da biologia de seus corpos). Desta forma, objetivamos apurar os apagamentos do clitóris ao longo da história relacionando-os com o prazer, com a sexualidade feminina e seu imbricamento com a opressão, violência e dominação masculina contra as mulheres, visando

3

Refere-se à heteronormatividade, o conceito de que apenas os relacionamentos entre pessoas de sexos opostos ou heterossexuais são normais ou corretos. Que enxerga a heterossexualidade como a norma numa sociedade.



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.8 N.16 [2022]
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2022.253130>

revelar o quanto a sexualidade, o orgasmo, o conhecimento e o controle do próprio corpo estão diretamente ligados às relações de poder.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa alvo do presente artigo se caracteriza como exploratória para proporcionar melhor entendimento sobre o objeto de estudo, assim, como, o método qualitativo que foi uma opção a ser usado por ter caráter exploratório e descritivo, e, por apresentar recursos que possibilitaram atingir a meta do estudo, não comprometendo a espontaneidade e liberdade do objeto de estudo e o público alvo pesquisado (GIL, 2008), e adotou como instrumento de coleta dos dados uma revisão bibliográfica e questionário utilizando plataforma do *Google Forms*.

Para atender os objetivos a metodologia exploratória segundo Gil (2010, p. 41), proporciona “[...] maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.” Portanto, neste procedimento metodológico se destaca a relação entre pesquisador/objeto permitindo como primeiro passo observar o fenômeno a ser pesquisado para depois criar relações ou hipóteses que o explique.

Uma das restrições impostas no questionário é a de que um participante da pesquisa que respondesse a pesquisa não pudesse responder novamente, devido a necessidade de o usuário estar logado em sua conta do Gmail. Após, era exibido um aviso na tela, informando que havia sido respondida por aquele usuário. A realização de pesquisas através de formulários online é uma ferramenta amplamente usada. A possibilidade de criação de formulários eletrônicos é um facilitador no que se refere à disseminação da pesquisa aos entrevistados e, posteriormente, à estruturação e análise dos dados então coletados.



A coleta de dados para pesquisa deu-se através de um questionário multitemático original com perguntas semiestruturadas. O questionário foi realizado na plataforma do *Google Forms*, e apresentado de forma *online* na rede social *Facebook* e *WhatsApp* (MOTA, 2019). O questionário ficou acessível entre os meses de março e maio de 2021. Os participantes da pesquisa, receberam um *link* compondo uma pequena explicação sobre a pesquisa, e acesso direto ao questionário. Foi enviado junto ao *link* o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e após aceitarem, responderam ao questionário.

Os resultados podem ser visualizados durante a resolução parcial das coletas. Então a qualquer momento pode ser observado como está o andamento da pesquisa, ou seja, a análise pode ser realizada em tempo real. Possível também extrair dados qualitativos das respostas fornecidas através da plataforma. A ferramenta do *Google Forms* possibilita personalizar os questionários com cores, criar diversos tipos de perguntas, como de múltipla escolha, caixas de checagem, escalas, listas suspensas, etc., usar vídeos e imagens para ilustrar e deixar as perguntas que estão sendo feitas mais claras (MONTEIRO; SANTOS, 2019).

Cada participante tinha livre escolha para acessar o *link* e responder ou não o questionário. A responsabilidade e risco pelo não recebimento dos questionários respondidos foi unicamente dos pesquisadores.

Os dados foram analisados pela própria plataforma de formulários do *Google Forms*. Na hora em que os questionários eram enviados pelos respondentes, os dados eram salvos em uma tabela do Excel e realizado automaticamente pela plataforma na hora em que o questionário foi criado. Nessa tabela ficaram disponíveis todos os dados elencados ao preenchimento de cada questionário, a data e a hora em que foi respondido e a resposta de cada questão separadamente, cada questão em uma coluna distinta, o que possibilita gerar dados de cada questão.

Feminilidade e novas possibilidades

Em nossa pesquisa buscamos investigar como se relacionou o histórico apagamento do clitóris com a sexualidade feminina, e seu imbricamento com a opressão, violência e dominação masculina contra as mulheres e o controle do próprio corpo estão diretamente ligados às relações de poder.

A propósito disso, o lugar que a diferença ocupa nas relações que envolvem afeto e desejo, poder e hierarquia nos remete à importância do debate sobre a igualdade e/ou a diferença, debate ensejado em articulações diversas e multifacetadas no meio acadêmico, entre gestores e articuladores de políticas públicas, bem como entre as mais diversas militâncias do campo dos direitos humanos. As repercussões dessas ações remetem a um importante problema político e à própria teoria do conhecimento. Suas metas supõem transformações sociais em grandes dimensões.

A temática do gênero e da sociedade, do corpo e o discurso e controle sobre ele, do clitóris e do prazer feminino, bem como das relações de poder e da dominação masculina sobre as mulheres, foram abordados a partir do contexto da modernidade ocidental mediante uma revisão bibliográfica exploratória destes temas. Com isso, o pensamento de autoras e autores julgadas e julgados centrais foram apresentados, confrontados e debatidos.

Aspirando ainda uma interlocução entre a bibliografia e a realidade atual, produzimos um formulário aberto a ser respondido anonimamente de forma digital por meio da divulgação por redes sociais (além da ideia de ser anônimo, também nos encontramos em meio a uma pandemia, o que dificultaria sua aplicação de forma presencial). O questionário contou com 66 perguntas e foi considerado a partir de uma amostra representativa (método quantitativo), coletando dados sobre a totalidade da população para apurar como, na contemporaneidade, se dá a visão das pessoas que, biologicamente possuem

um útero (que é aquele órgão que, como vimos, se torna central para os discursos sobre o lugar da mulher para a procriação) e/ou um clitóris (aquele órgão exclusivo destinado ao prazer que sofreu inúmeros reveses ao longo da história em acordo com interesses da cultura), ou ainda de pessoas que se identificam como mulheres. O sentido aqui era a coleta de visões de mundo de pessoas que, de alguma maneira, se encontram envoltas ao universo dito feminino, quer seja pelo corpo biológico, quer seja pela autoidentificação, quer seja pela sociabilização que marca os gêneros, para assim relacionar dados ligados à socialização das mulheres com os seus corpos, com a sua sexualidade e a sexualidade dos outros (mais especificamente, em contraponto às pessoas entendidas enquanto homens) e com as relações de poder, analisando como essa mulher lida com o sexo, com as opressões e com a sociedade.

No questionário abordamos temas como mulheres e gênero, direitos humanos, sexuais e reprodutivos, sexualidade, saúde (aqui entendida de forma integral e universal), conhecimento, poder, tabus, sociedade, opressão/violência/dominação, assim dividido em cinco sessões: “identidade”, “sexualidade”, “corpo”, “sexualidades masculina e feminina cisgêneras⁴” e “sociedade e gênero”.

As informações que coletamos a partir das 89 respostas que tivemos nos dizem que: 74,4% se identificam como heterossexual e 15,6% como bissexual; 35,6% se consideram uma pessoa tímida; 44,9% se consideram menos sábias ou capazes do que outras pessoas; 27,8% se consideram com tabus em relação ao sexo e a sexualidade; 28,9% não sentem ou quase não sentem prazer sexual; 4,4% não tiveram ou não sabem dizer se tiveram orgasmo; 15,6% não se masturbam; 80% consideram mais fácil alcançar o orgasmo com a estimulação do clitóris; 47,8% não possuem brinquedos sexuais; 76,7% já

4

Cisgênero (Cis) é o termo utilizado para se referir ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o seu "gênero de nascença". Em outras palavras: na pessoa cisgênero existe concordância entre a identidade de gênero (a forma como a pessoa se vê) e o gênero que lhe foi conferido ao nascer.



transaram com seu parceiro/parceira sem estar com vontade somente para satisfazer a outra pessoa; 31,1% já fizeram algo durante o sexo que não queriam, mas a outra pessoa forçou a barra e 15,6% alegam que talvez já tenha feito isso; 22,5% preferem ser dominadas durante o sexo; 21,3% consideram conhecer mais ou menos o seu corpo; 33,3% não são satisfeitas com seu corpo; 31,5% não conhecem ou não tem certeza se conhecem todas as partes do seu corpo; 32,2% não conhecem ou não tem certeza se conhecem todas as partes do seu órgão sexual; 6,7% não sabem qual é a função do clitóris; 2,2% não conhecem o seu clitóris (não viu ou tocou); 12,2% acreditam que homens sentem mais prazer sexual do que mulheres; 13,5% acham que pessoas que tem pênis gostam mais de sexo do que pessoas que tem clitóris; 23,6% acham que os homens gostam mais de sexo se comparado às mulheres; 17,8% acreditam que mulheres tenham ou possam ter mais aptidão para a reprodução do que para a sexualidade; 15,7% acham que é problemático uma mulher transar com alguém no primeiro encontro versus 13,5% que acham a mesma coisa quando se trata dos homens; 4,4% consideram mais natural os homens traírem por terem mais necessidade sexual; 67,8% já fingiram ter um orgasmo para agradar o parceiro/parceira; 51,7% já sofreram alguma violência sexual e 52,8% sofreram alguma violência de gênero (por ser mulher cis, trans ou homem trans); 15,6% não são favoráveis que mulheres cis e homens trans possam ter liberdade sobre seus corpos e poder de decisão sobre a interrupção de uma gestação; embora 17,8% tenha relato ter feito algum aborto; 18% não são favoráveis a descriminalização do aborto.

Cruzando os dados das respostas, é possível identificar uma relação entre socialização-corpo-sexualidade: as mulheres heterossexuais que revelam ser tímidas, menos capazes do que outras pessoas e ter tabus acerca da sexualidade, em geral são as que não simpatizam com a ideia de que mulheres cis e homens trans possam ter liberdade sobre seus corpos e poder de decisão sobre a interrupção de uma gestação. Por sua vez, são aquelas que menos possuem conhecimentos sobre o seu corpo e sobre seus órgãos sexuais, assim



como são aquelas que acreditam que homens têm maior apetite sexual se comparado às mulheres, que homens traem por ter este mesmo apetite mais elevado, que forjam orgasmos e cedem para satisfazer seus parceiros (uso o masculino aqui por essas mulheres se colocarem como heterossexuais).

A Sociedade e o Gênero

O gênero foi forjado como um elemento que visava dar significado às relações sociais e de poder baseadas pelas diferenças biológicas e configura-se como categoria de análise histórica dessas mesmas relações (SCOTT, 1995). Em sua forma mais difundida, tem sido acionado quase sempre de forma binária⁵ para se referir à lógica das diferenças entre o feminino e o masculino, os homens e as mulheres e, também, entre a homo e a heterossexualidade. Como conceito, tem o propósito de distinguir e separar o sexo – categoria analítica marcada pela biologia – do gênero, dimensão esta que enfatiza traços de construção histórica, social e sobretudo política. Desta forma, para compreendê-lo melhor, é necessário traçar um breve percurso histórico.

Pautas relacionadas às mulheres e à história das mulheres conquistaram maior espaço de debate a partir da década de 1960, efeito da eclosão de renovados movimentos feministas e da renovação dos modos de se pensar e produzir história (SOIHET; PEDRO, 2007). Adentrando a década de 1970 surgem novas metodologias, teorias e estudos sobre a figura feminina, uma vez que o movimento feminista despertou o olhar da academia para uma história das mulheres. Outros elementos contribuíram para essa conquista, como os movimentos negros e sociais em pauta então, os estudos antropológicos relacionados à sexualidade e a História Cultural e Social, que, influenciadas

5

O termo descreve um sistema no qual a sociedade divide as pessoas entre homem e mulher, e determina para elas papéis sociais de gênero, identidades de gênero e atributos.



pelos Annales (movimento historiográfico do século XX que se constituiu em torno do periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale*), possibilitaram uma outra análise das sociedades, das mentalidades, das culturas, dos oprimidos e das identidades (SILVA, 2009; PEREIRA, 2013).

Com o desenvolvimento de novos campos como a história das mentalidades e a história cultural, o avanço na abordagem do feminino torna-se materialmente mais possibilitado, graças ao contato e apoio de outras disciplinas – como a literatura, a linguística, a psicanálise, e, principalmente, a antropologia – e outros materiais como fonte de análise (SOIHET, 1997). Funari (1995) destaca sobre a importância do uso de variados documentos como recurso para compor a história das mulheres, como as fontes literárias, moedas, pinturas, entre outros. Estes novos documentos trazem maiores percepções sobre variados temas relacionados ao feminino e, mais importante, muitos deles foram produzidos por mulheres. Desta forma, se concebe que a interdisciplinaridade e a cultura material são imprescindíveis para tecer o saber histórico, principalmente quando se refere aos estudos sobre as mulheres (SOIHET; PEDRO, 2007).

Soihet e Pedro (2007), em seu artigo “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”, trazem a reflexão a historicidade das categorias de análise e destaca que é preciso buscarmos formas mais eficientes de fornecer legitimidade à constituição de um novo campo de estudos, intitulado “História das Mulheres e das Relações de Gênero” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 252).

O Corpo e o controle

O saber médico esforça-se por definir a especificidade do corpo feminino em relação ao masculino, destacando como seus principais traços a fraqueza, a delicadeza, a passividade e a predestinação à maternidade. O útero é definido

como o principal órgão feminino, responsável pelo funcionamento de todos os outros: cérebro, estômago, seios, lábios etc. A mudança na interpretação dos corpos feminino e masculino – antes vistos como hierárquica e verticalmente situados, e agora percebidos como horizontalmente dispostos, opostos – resulta de novos modos de representar e de constituir realidades sociais e relações de poder (SOIHET; PEDRO, 2007).

O conceito de gênero traz consigo uma relação direta com o corpo biológico, como apontado por Scott (1995), no sentido de que o gênero constitui as relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos biológicos, somado às construções históricas, sociais e, mais ainda, políticas, dando significado às relações de poder. O corpo aqui, tem papel central, sendo ele o marcado como macho ou fêmea, engendrando assim o gênero dentro da lógica binária entre masculino ou feminino. Essa lógica não é encerrada aí: partindo dela é construída a tríade entre sexo-gênero-sexualidade, visto que, dentro desta perspectiva, a qual denomina-se heteronormativa, cada sexo é dirigido a um gênero específico e este, por sua vez, a uma única forma de desejo possível, que deve se dirigir ao sexo/gênero oposto.

O corpo se torna assim, a referência inicial para as demais construções e normatizações a serem seguidas. Um ser humano que nasce com o pênis como sexo biológico, necessariamente é designado como gênero masculino, que por sua vez, volta seu desejo ao sexo/gênero oposto: seres humanos que nascem com vulva como sexo biológico, designadas como gênero feminino e que também, por sua vez, devem ter seu desejo voltado ao sexo/gênero oposto, ao macho, ao masculino. Assim se caracteriza a heteronormatização⁶, concepção que considera a heterossexualidade como o único modelo correto e possível de relações afetivo-sexuais (LOURO, 2009).

6

Refere-se à heteronormatividade, ao conceito de que apenas os relacionamentos entre pessoas de sexos opostos ou heterossexuais são normais ou corretos.



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.8 N.16 [2022]
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2022.253130>

Ainda que não seja objeto deste trabalho, vale destacar que este modelo desconsidera outras possibilidades de sexo biológico existentes. Como afirma Anne Fausto-Sterling (1993), a cultura ocidental é profundamente comprometida com a ideia da existência de apenas dois sexos, mesmo que, biologicamente falando, existem muitos graus entre fêmea e macho e, conforme a autora, ainda se pode argumentar que nesse espectro existem ao menos cinco sexos (FAUSTO-STERLING, 1993). Com base nisso, Fausto-Sterling reitera não ser surpresa que seja difícil estimar a frequência dos casos intersexos. O que ainda não justificaria a busca do seu apagamento pela cultura ocidental, que pode ser assim entendida pelos avanços da fisiologia e tecnologia cirúrgica, que permitem à área médica identificar a maioria de intersexos no momento de seu nascimento para que, quase imediatamente, possa inserir estas crianças em programas de controle hormonal e cirúrgico para que elas possam ser infiltradas silenciosamente na sociedade como machos e fêmeas heterossexuais “normais”.

Com esta perspectiva, o modelo heteronormativo impõe seu binarismo biológico e, mais especificamente, é sobre este ponto que desejamos nos debruçar neste item do nosso trabalho: o corpo biológico.

Como vimos anteriormente, a designação do gênero parte de um pressuposto biológico. As diferenças visíveis entre os órgãos sexuais masculino e feminino configuram uma construção social que encontra seu início nos princípios de divisão da razão androcêntrica, esta mesma fundamentada na divisão dos estatutos sociais atribuídos ao homem e à mulher. As aparências biológicas e as decorrências que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico produziu nos corpos e nas mentes, conjugam-se e fazem ver uma construção social naturalizada como fundamento da própria natureza na arbitrária divisão da representação entre os gêneros. Desta forma, como aponta Bourdieu, se desenha o princípio de diferenciação social que impõe o princípio de diferenciação sexual, ou vice-versa (BOURDIEU, 2002). Contudo, este princípio não foi sempre o mesmo.



Ao longo da história, a leitura dos corpos foi diversa, principalmente em se tratando dos corpos femininos, que preliminarmente é aquele que não possui um falo. As questões acerca do corpo feminino são inúmeras, mas se podemos destacar um marcador da diferença entre o masculino e o feminino (dentro da lógica binária conforme a própria história recente euro-americana nos conta e reforça), é a ausência do falo e a presença de outros elementos sempre incertos, misteriosos, incompreensíveis e até mesmo inferiores – se comparados aos elementos do corpo masculino, daquele corpo fálico. Como ilustra Simone de Beauvoir em “O segundo sexo”, desde a infância, o corpo feminino que determina a formação da menina não a encaminha para o destino masculino privilegiado: ela não possui um pênis (BEAUVOIR, 2009). A partir das características corpóreas especificamente masculinas e femininas, o discernimento entre masculino como superior e feminino como inferior já ocorre na infância. Desta forma, o corpo enquanto organismo se torna a base para a construção histórica e social da mulher que, desde a infância, é uma situação de submissão e inferioridade em relação ao homem, definindo a mulher como alteridade, como o outro, como esse segundo sexo em condição de subordinação em relação ao primeiro, o masculino.

Mas o que Beauvoir (2005) aponta refere-se a um cenário relativamente recente, pós século XVIII, como apresenta Thomas Laqueur em sua obra “Inventando o sexo”,

onde destaca que em termos mais objetivos, não há qualquer conhecimento específico da diferença sexual em termos históricos a partir de fatos indiscutíveis sobre os corpos. E descobri logo que a retirada do prazer da mulher dos relatórios médicos sobre concepção ocorreu mais ou menos no mesmo tempo em que o corpo da mulher passou a ser conhecido, não mais como uma versão menos importante do corpo do homem (modelo de sexo único), porém como seu oposto incomensurável (modelo de dois sexos). Os orgasmos, que tinham sido propriedade comum, passaram a ser divididos. Os órgãos,



considerados versões interiores do que o homem tinha do lado de fora – a vagina como o pênis, o útero como o escroto –, foram interpretados, no século XVIII, como órgãos com uma natureza completamente diferente. Da mesma forma, os processos fisiológicos – menstruação e lactação –, que eram vistos como parte de uma organização comum de fluidos, passaram a ser considerados específicos da mulher. (LAQUEUR, 2001, p. 8).

Laqueur, resgatando estudos desde os gregos, passando pelo medievo, modernidade, até chegar a Freud, discorre sobre o que entendemos como sexo e gênero existindo em um “modelo de sexo único”. E foi nesse mundo do sexo único que se falou mais diretamente sobre a biologia de dois sexos, onde o masculino ou feminino equivalia a uma posição social, um lugar na sociedade, um papel cultural, e não a ser organicamente um ou outro de dois sexos incomensuráveis. O autor resume em curtas palavras: “o sexo antes do século XVII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica” (LAQUEUR, 2001, p.19).

O marco histórico dessa mudança que Laqueur chama de “modelo de sexo único/carne única para o modelo dois-sexos/duas carnes” (LAQUEUR, 2001, p. 20), situa-se entre o Renascimento e o Iluminismo, e é onde se processa a passagem para uma biologia da incomensurabilidade, um novo dimorfismo, instituindo uma diferença radical entre homens e mulheres e não mais uma hierarquização, como outrora.

Esse dado nos é importante para a análise da relação entre o apagamento do clitóris, a castração do prazer feminino e a opressão contra as mulheres – que constitui aqui o nosso objeto de estudo – na história contemporânea, no sentido que, é a partir daí que a relação corpo (sexo biológico) gênero-sexualidade é forjada tal como nos deparamos na atualidade. Com a diferenciação entre corpos masculinos e femininos, enquanto dois sexos, é que o corpo feminino é problematizado e visto como instável, em contraponto a um corpo totalmente diferente do corpo masculino, geralmente sem problemas



e estável. A ciência médica propõe então uma nova leitura do corpo feminino, já que, na teoria unissexual que dominou o pensamento anatômico por dois milênios, a mulher era considerada um homem invertido: o útero era o escroto feminino; os ovários, testículos; a vulva, um prepúcio e a vagina, um pênis (PERROT, 2005).

Estudos, como os de Laqueur (1992, 2001), explicam como, a partir do final do século XVIII, os médicos mudaram radicalmente os parâmetros para pensar o corpo e a sexualidade feminina, o que levou a uma profunda dessexualização da mulher, ou, recorrendo a Michel Foucault, a uma patologização de seu corpo (FOUCAULT, 2020). A medicina das Luzes é então, aquela que promove a domesticação do corpo feminino, a que invalida o ser feminino como nunca antes fora invalidado, porque é necessário afastar a mulher da vida pública e profissional – esta destinada aos homens – para reduzi-la ao espaço do privado, doméstico e da maternidade. Segundo Schiebinger (1987) é no contexto da tentativa de redefinição do lugar da mulher na sociedade europeia do século XVIII que surgem as primeiras representações do esqueleto feminino, afirmando que a mulher tem um crânio menor, conseqüentemente menos capacidade intelectual e, portanto, menos condições de participar do espaço público, dos negócios, do comércio, da educação, da ciência. Assim como a afirmação de que a mulher tem a pelve maior, o que prova que ela é naturalmente destinada à maternidade, comprovando que os interesses da ciência não são arbitrários, mas que focam partes do corpo politicamente significantes.

Assim como Laqueur (2001), Schiebinger (1987) também conclui que não é apenas uma questão de desenvolvimento científico, visto que a anatomia já dissecava corpos de mulheres. A questão ali era muito mais relativa à anatomia e como ela pode ser moldada por circunstâncias e interesses sociais. E é diante de tais circunstâncias que as novas descobertas da biologia reprodutiva pareciam em harmonia com as demandas da cultura (LAQUEUR, 2001).



Dentro desta nova demanda, a excitação sexual e sua satisfação – especificamente a excitação e o prazer sexual femininos – torna-se irrelevante para a compreensão da concepção e para o espaço reservado à maternidade. Ainda com Laqueur, este seria o primeiro passo necessário para a criação de um modelo de mulher sem paixão, existente em forte contraste biológico com o homem (LAQUEUR, 2001).

Ao lado de Laqueur (2001), Fouquet; Knibiehler (1983), Jean-Louis Flandrin (1988) e Ivonne Knibiehler (2007), trazem relevantes informações a respeito das interpretações médicas sobre o corpo feminino, confirmando que, a partir do final do século XVIII, os doutores mudaram radicalmente os parâmetros para pensar o corpo e a sexualidade feminina, emergindo aí uma nova conceituação do orgasmo feminino, o qual deixa de ser relevante para a geração, como fora anteriormente à ciência médica das Luzes. Os textos renascentistas, em que o clitóris é interpretado como um órgão que faz o prazer das mulheres e sem o qual elas não teriam desejo, nem prazer e nem conceberiam, se tornam superados.

O Clitóris e o prazer

A história do clitóris pode ser considerada uma trajetória de instabilidade, em grande medida, pelo fato de seu estudo ter sido dominado por fatores sociais. História esta, que faz parte da história da diferença sexual e da socialização dos prazeres do corpo.

Como apontado anteriormente, é, principalmente, aos fins do século XVIII que ocorre uma reavaliação do orgasmo feminino e uma dramática reinterpretção do seu corpo em relação ao masculino. É neste período que se busca na biologia uma justificação para as diferenças culturais e políticas entre os sexos (LAQUEUR, 2001). Conforme a historiadora Ivonne Knibiehler (2007), com a emergência da sociedade burguesa, houve, no fim do século XVIII, uma

redefinição do lugar social da mulher, para a qual a ideologia burguesa forneceu novas justificações científicas, com a ciência médica propondo, então, uma nova leitura do seu corpo, tendo em vista responder a uma série de problemas colocados pela nova ordem socioeconômica emergente. Nesse contexto, engendra-se uma nova concepção de indivíduo. As mulheres passam a se ver e buscar a igualdade em relação aos homens, enquanto, em contrapartida, afirma-se e consolida-se a separação entre as esferas pública e privada – a primeira associada aos negócios masculinos e a segunda à natureza feminina, agora destinada a constituir a “família higiênica” e preparar o futuro cidadão. O novo discurso é de que, por natureza, as mulheres haviam sido destinadas às tarefas da reprodução. É aí que o orgasmo feminino é marginalizado, enquanto o clitóris é silenciado física e discursivamente (LUZ, 1999).

Para retornar à história do clitóris na literatura ocidental – basicamente a literatura médica ocidental – primeiramente é importante a ressalva sobre a controvérsia em torno de quem descobriu o clitóris – e isso aqui para nós é importante enquanto análise de discurso, como aprofundaremos no tópico a seguir, quando abordaremos sobre as relações poder. A origem dessa contenda localiza-se na confusão de fronteiras metafóricas e linguísticas, “consequência de um modelo de diferença sexual onde os nomes ambíguos da genitália feminina não importam” (LAQUEUR, 1992, p. 109). Uma rede de palavras fundamentada em uma teoria sobre a diferença ou semelhança sexual, limitava a forma como os órgãos genitais eram percebidos e tratados. Ainda vale considerar que o tanto que os estudiosos, anatomistas e outros nos quisesse dizer, por muitas vezes é de impossível tradução ou compreensão considerando a profunda distância entre os seus mundos e o nosso. Com esta perspectiva, ainda assim buscamos um resgate da história do clitóris, permeada por “descobrimientos” e “redescobrimientos” (LUZ, 1999).

De acordo com a pesquisadora e engenheira francesa Odile Fillod (2021), que criou em 2016 um modelo em 3D do clitóris, as referências mais antigas a esta parte do corpo feminino parecem ser encontradas em Hipônax (ROSEN,

1988). Este poeta grego originário de Éfeso (na atual Turquia) viveu por volta de 540 a.C., e apenas fragmentos permanecem de sua obra. Citando Dean-Jones (DEAN-JONES, 1992), baseado em Hanson (HANSON, 1989), aponta que Hipônax se refere ao clitóris chamando-o de *myrton*, uma palavra grega para mirtilo. Aristófanes, poeta ateniense autor de comédias (cerca de 445-380 a.C.), segundo Hanson (HANSON, 1989), também se refere ao clitóris chamando-o de *myrton*. Segundo Robson (ROBSON, 2009), ele usa essa palavra que faz parte das metáforas usuais entre os gregos para designar os órgãos genitais.

Contudo, é no século II d.C. que se tem as primeiras descrições anatômicas de Soranos e Rufus de Éfeso, a quem o clitóris deve seu nome atual. Em consonância, Laqueur afirma então, que o clitóris já era conhecido desde o século II (LAQUEUR, 2001, p. 91). No entanto, conforme o pesquisador de história da medicina, Rafael Romero Reverón, Rufus de Éfeso, médico, cirurgião e anatomista grego, teria vivido no século I d.C. e ali teria realizado a compilação de termos anatômicos mais antiga de que se tem conhecimento (REVERÓN, 2013, p. 1329).

Rufus de Éfeso foi quem assim batizou o clitóris (LAQUEUR, 1992, p. 110), palavra derivada do verbo grego *kleitoriazein*, que significa tocar ou fazer cócegas lascivas visando ao prazer (LAQUEUR, 2001, p. 282) e, naquela época, já teria indicado este órgão como o responsável pelo prazer no corpo feminino.

Sorano de Éfeso, entre o final do primeiro século e o início do segundo, autor de várias obras escritas em grego, incluindo um tratado sobre ginecologia e obstetrícia, assim o descreveu: “Esta pequena formação carnosa se dissimula sob os lábios como as noivas se ocultam sob o véu” (BURGUIÈRE; GOUREVITCH; MALINAS, 1988, p. 15). Chamou-a de “ninfa”. Julius Pollux no século II compilou listas de termos médicos, e escreve que, na fenda das partes íntimas femininas, o pedaço de carne pulsante no meio é a *ninfa* ou *mirton* ou *epiderme* ou *kleitoris* (LAQUEUR, 1992, p. 110).



Outras palavras para designar o clitóris também eram usadas em textos médicos antigos. Galeno de Pérgamo, um dos principais médicos e filósofos gregos do século II, considerado o pai da anatomia, tendo sua obra uma influência considerável na medicina ocidental até o século XIX, com sua teoria sobre a diferença entre os sexos, cria as condições para uma invisibilização duradoura do clitóris como órgão sexual, ou mesmo como órgão completo. Galeno explica que os órgãos genitais femininos são contrapartes dos órgãos masculinos que simplesmente não podiam descer e se projetar para fora por falta de “calor”, e acima de tudo ele estabelece as seguintes correspondências: o útero corresponde ao escroto, o “colo do útero” (ou seja, a vagina) corresponde ao pênis, e as “partes vergonhosas” do sexo feminino correspondem ao prepúcio masculino, ou seja, um “crescimento da pele” simplesmente mais desenvolvido nas mulheres. Esse crescimento, segundo ele, serve para proteger a matriz do frio. Esta teoria leva-o a confundi-lo com os pequenos lábios, comparando a úvula, pendurada no fundo do palato oferecendo um tipo de proteção à garganta, ao clitóris, que chamou de *nympha*, e que por sua vez, ofereceria proteção ao útero (LAQUEUR, 2001, p. 52).

Assim, enquanto Rufus de Éfeso diferencia bem “a ninfa” das “asas” e observa que poderia ser o lugar de um “toque lascivo”, Galeno a trata como os outros “processos carnis” que adornam o sexo feminino e não atribui-lhe um papel na sexualidade.

Compreendido então como um “crescimento da pele”, não como um órgão completo e sem algum papel na sexualidade, o clitóris passa a ser visto como algo passível a ser retirado no caso de mulheres que o apresentam em tal tamanho que as possibilitem assumir o papel do homem no coito, sendo por isso ordenado cortá-lo na juventude. Assiste-se do século II até o Renascimento (e ainda com alguma frequência após) a versão do clitóris como um causador de problemas a ser cortado quando é muito grande. Surge aí a ninfotomia, recomendada na literatura médica grega do século II, no caso de uma ninfa muito grande, sendo considerada fonte de feiura e vergonha para as mulheres



em questão, que têm ereções como a dos homens e desejo de coito semelhante ao deles (LAQUEUR, 2001).

Durante o período medieval, por volta do ano 1000, o cirurgião árabe de Córdoba (conhecido no mundo latino como) Abulcasis, descreve pela primeira vez em árabe, segundo Knight (2001), a operação de excisão do clitóris. Por volta de 1025, o médico persa conhecido como Avicena, publicou em árabe o Cânon da medicina, uma enciclopédia médica em vários volumes, trazendo brevemente a recomendação de remover a ninfa muito grande.

No decorrer do declínio do Império Romano, o esquecimento e o abandono da língua grega levaram ao declínio da medicina antiga no Ocidente (CHAPERON, 2016). Isso perdurou até o que conhecemos como Renascimento, entre os séculos XIV-XVI, momento em que há um retorno às fontes gregas e o reaparecimento do clitóris.

A partir do século XIV, o estudo do corpo por dissecação – a anatomia – retomou seu desenvolvimento no Ocidente. Mas o reaparecimento do *kleitoris* deve-se aos humanistas do Renascimento italiano, que no final do século XV se encarregaram de coletar manuscritos médicos gregos e depois republicá-los. É nesse contexto que Ludovico Bonaccioli, médico e humanista italiano, publica o seu tratado sobre obstetrícia e ginecologia em 1502-1503, inspirado na cópia dos dezesseis tratados gregos cobrindo mais de mil anos de medicina, e incluindo em particular o tratado sobre os nomes das partes do corpo humano, de Rufus de Éfeso, feito por volta do ano 900 em Constantinopla, pelo médico Nicéas (CLÉMENT, 2011).

Este Codex de Nicéas, comprado em Creta em nome de Laurent de Medici, foi trazido de volta a Florença em 1495. Dedicado à Duquesa de Ferrara Lucrece Borgia e intitulado *Enneas muliebris* (Nove livros sobre mulheres), neste tratado de Bonaccioli, encontra-se sinalizado a existência do que segundo ele é chamado de “cleitoris”, acrescentando a palavra grega na margem do texto. O médico ainda explica que está localizado no meio do tubérculo de polpa bífida

cujo desenvolvimento indica maturidade, que é como a glândula do pênis protegida por um prepúcio e que a uretra está aderida a ele. Seria ele o autor da primeira menção moderna do clitóris como uma parte distinta dos pequenos lábios (COLOMBO, 1559).

Bartolomeo Eustachi, anatomista, médico e professor italiano, realiza dissecações e, num panfleto publicado em 1564, relata parte de sua pesquisa, indicando que tinha gravadas 46 placas de cobre para a obra que planejava publicar, mas que jamais chegará a fazê-lo, morrendo antes de ter realizado seu projeto. No entanto, ao que tudo indica por análises posteriores, o clitóris está representado com seus dois pilares em algumas placas (CHOULANT, 1920). Quando, em 1714, o médico Giovanni Maria Lancisi os publica pela primeira vez, ele sublinha na placa XIII com um “e” o clitóris e com dois “f” “suas pernas de ambos os lados. Em sua tese médica dedicada ao clitóris intitulada *De nymphe, Tronchin* atribui a Eustace a primeira representação do clitóris.

Em 1559 Realdo Colombo, anatomista e cirurgião italiano, afirmou ter descoberto o clitóris. Ele diz ao leitor que o clitóris é “eminente o ponto de prazer da mulher”. Comparando-o ao pênis, indica que “se ele for tocado fica um pouco mais duro e alongado, a ponto de parecer um tipo de membro masculino”. Acrescenta: “Como ninguém percebeu essas projeções e seu funcionamento, e eu posso dar nome a coisas por mim descobertas, isso deve ser chamado amor ou doçura de Vênus” (COLOMBO, 1559, p. 243).

Gabriele Falloppio, anatomista e cirurgião também italiano – como Colombo –, em seu livro “Observações anatômicas”, publicado em 1561, teria examinado cuidadosamente a genitália feminina, ao contrário de Colombo. Apoiando-se nas considerações de Michèle Clément que considerou Falloppio “menos experimental” do que Colombo e que insistiu mais na tradição “do que na observação” afirma acertadamente ter sido o primeiro a descrever todo o órgão (CLÉMENT, 2011).

Como traz Laqueur, o embate sobre a “descoberta” do clitóris neste contexto, gira em torno de Colombo; Fallopio (LAQUEUR, 2001, p. 91). Todavia, mesmo com a “descoberta” sendo inegável, o que se verifica em seguida é o choque entre ideias que ressaltam a necessidade do prazer sexual e do orgasmo (que por sua vez seria advindo do clitóris) para a procriação e a inutilidade deles, também visando a reprodução.

Kobelt (1978) forneceu uma perspectiva clara da anatomia do clitóris, com, segundo o próprio, a preocupação em mostrar que o feminino possui uma estrutura que em todas as suas partes separadas é inteiramente análogo ao macho. Com ele, o relato da anatomia sexual feminina é extremamente abrangente, a partir da dissecação, anatomia comparativa e uma técnica para insuflar o tecido vascular do clitóris – este último para simular a excitação sexual. Descreveu sua estrutura e função com raros detalhes e concluiu, com base nos tecidos eréteis do clitóris e no seu suprimento sanguíneo e nervoso, que a *glans cliteroides* era o ponto básico da excitação sexual, tanto nos seres humanos como em outros mamíferos. Em outras palavras, a função de todo este aparato que é o clitóris é prover o prazer sexual, que fará com que as mulheres desejem ter relações apesar do perigo de gravidez e das tribulações da maternidade (LAQUEUR, 2001).

Nos chama a atenção que Kobelt (1978) já fala no século XIX, aquele mesmo século que já trazia discursos que cultivavam a ideia de que a manifestação da sexualidade feminina era perigosa e, idealmente, não deveria ser despertada para fins não reprodutivos. Discurso esse que com mais vigor começa a ser propalado em meados do século XVIII.

Para Laqueur (2001), o recolhimento do modelo de sexo único diante do novo conhecimento sobre o corpo e suas funções se depara com inúmeros microconfrontos com o poder nas esferas pública e privada.

*Sujeitos femininos de direito:
Paradoxos da política de identidade e a dominação sobre as mulheres*

Esses confrontos ocorreram em espaços novos e vastos, abertos pelas revoluções intelectual, econômica e política dos séculos XVIII e XIX. Foram discutidos em termos de características determinantes de sexo dos corpos masculino e feminino, pois as verdades da biologia haviam substituído as hierarquias ordenadas divinamente ou o costume imemorial como a base da criação e distribuição de poder nas relações entre homens e mulheres. (LAQUEUR, 2001, p. 241).

Nesse contexto, a partir do século XVIII, alguns dos argumentos giravam em torno de que a “susceptibilidade lasciva” dos órgãos femininos externos era materialmente inútil à geração. De acordo com Laqueur, no século XIX, um importante livro de obstetrícia dizia que não falaria muito no clitóris e outros órgãos externos porque eles eram irrelevantes para o parto. Assim, não mais imprescindível à concepção, o clitóris, o prazer feminino, o orgasmo passavam a ser uma coisa que a mulher podia ou não ter (LAQUEUR, 2001, p. 202).

Como colocado anteriormente, os textos do período do Renascentismo, onde o clitóris é admitido como um órgão que faz o prazer das mulheres são suplantados pela nova biologia, com sua busca por diferenças fundamentais entre os sexos e entre seus desejos, que emerge neste momento preciso, quando as bases da sociedade estavam profundamente abaladas. O final do século XIX, selará com a tese da anestesia sexual da mulher.

E o século XX inaugura com Sigmund Freud, médico neurologista e psiquiatra, criador da psicanálise, o grande teórico da ambiguidade sexual, a invenção de uma antítese sexual dramática, aquela que existe entre o clitóris, que as meninas abandonam ao deixar a infância, e a vagina, cujas faculdades erógenas revelam a marca registrada das mulheres maduras: o deslocamento do orgasmo sexual feminino do clitóris para a vagina (FREUD, 1962).

Antes de 1905 ninguém pensava que houvesse outro tipo de orgasmo feminino além do clitoriano, descrito com grande precisão em centenas de textos médicos, acadêmicos e mesmo os mais populares, como na literatura



pornográfica. Em 1905, pela primeira vez, um médico declarou que havia dois tipos de orgasmos, e que o tipo vaginal era a prática esperada nas mulheres adultas (LAQUEUR, 2001, p. 279).

O clitóris perde assim o seu posto com Freud. Ainda em Laqueur, com suas palavras,

o orgasmo feminino é quase inteiramente clitoridiano, e foi documentado com consideráveis detalhes pelos pesquisadores do século XIX. Uma grande onda de amnésia desceu sobre os círculos científicos por volta de 1900, e antigas verdades foram saudadas como verdadeiras bombas na segunda metade do século XX. (LAQUEUR, 2001, p. 279).

O mito freudiano da migração da sexualidade, a ideia do orgasmo vaginal suplantando o clitoriano, característica de uma fase evolutiva anterior, segundo Laqueur, é tão tentador precisamente porque não é uma teoria biológica (LAQUEUR, 1992, p. 103). O raciocínio de Freud, ainda com Laqueur, superficial como parece à luz de mais de três séculos de conhecimento, é um claro exemplo da arrogância retórica usando da autoridade da natureza para legitimar as criações da cultura, da sociedade, e mais precisamente, dos homens.

A teoria de Freud parece durar invicta até a década de 1940-50, quando o biólogo e sexólogo americano Alfred Kinsey, assinala que a principal via de prazer feminino é a estimulação do clitóris, algo referendado posteriormente por Masters e Johnson, o casal que descreveu as fases da resposta sexual humana, e também pela sexóloga feminista norte-americana Shere Hite: os relatórios Kinsey, os relatórios Masters & Johnson e os relatórios Hite (SENA, 2007). Os títulos originais em inglês destas publicações são: relatórios Kinsey – *Sexual Behavior in the Human Male* (1948) e *Sexual Behavior in the Human Female* (1953); relatórios Masters & Johnson – *Human Sexual Response* (1966) e *Human Sexual Inadequacy* (1970); relatórios Hite – *The Hite Report on Female Sexuality* (1976) e *The Hite Report on Male Sexuality* (1981). Na área de



sexualidade, estes autores são marcos fundamentais no século XX e todos colocam o clitóris à cena da sexualidade e prazer femininos.

As Relações de poder e a dominação masculina

A trajetória do clitóris, e por sua vez, da sexualidade feminina, nos revela uma história de instabilidades, permeada por elementos sociais, onde se confunde biologia e cultura. Como esclarece Laqueur logo no capítulo um “Da linguagem e da carne” da sua obra “Inventando o sexo”, ele parte de uma perspectiva multicausal em função da qual se descobre que o sexo também é situacional e só pode ser entendido no campo das relações entre gênero e poder, justamente porque o sexo, a sexualidade e o corpo femininos atrelam-se à cultura (LAQUEUR, 2001, p. 23). Com essa perspectiva, e como se anuncia o percurso histórico, quase tudo que se queira dizer sobre sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre o gênero. O sexo, é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder.

As mudanças na leitura dos corpos a partir do século XVIII, a princípio, pareciam poder ser compreendidas como resultado do progresso científico, mas a cronologia das descobertas mostrou-se não se alinhar com as novas concepções do corpo sexual que passaram a ser apregoadas. No início do século XX, com Freud esse processo chega à uma indeterminação mais nítida. Assim, o que de início sugere ser uma história da sexualidade e do prazer sexual feminino e sua tentativa de apagar isso, tornou-se a história de como o sexo, assim como o gênero, foram construídos. E nesse sentido, lembrando Scott, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais a partir das diferenças percebidas entre os sexos pela biologia, concebendo, baseado neste pressuposto, uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86) estruturadas na heteronormatização. O poder se coloca aqui, como



elemento fulcral para a compreensão das flutuações sobre a história do clitóris, do prazer, da sexualidade e do corpo femininos.

Como traz Michel Foucault, o poder é uma relação, e não uma coisa: “Quando digo poder não se trata de detectar uma instância que estenda a sua rede de maneira fatal, uma rede cerrada sobre os indivíduos. O poder é uma relação, não é uma coisa” (FOUCAULT, 1981 *apud* DOSSE, 2001, p. 223). Conceber o poder como relação implica afirmar sua existência enquanto ação, dinâmico, por isso a afirmação de que o poder se exerce, é operado, em detrimento do suposto que se possa tê-lo, de que é uma propriedade. Bobbio; Matteucci; Pasquino, compartilham desta perspectiva e elucidam que para exercer o poder social é necessário que existam dois lados, o do que detém este poder e o do que, por algum motivo, “é induzido a comportar-se tal como aquele deseja”, concluindo que “o poder social não é uma coisa ou a sua posse: é uma relação entre pessoas” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1983, p. 934). Essa concepção de poder dispõe que toda relação social é atravessada por relações de poder. Em outras palavras, toda relação social implica, de forma imanente, relações de poder.

Foucault (2010) inaugura uma nova narrativa sobre a gênese do homem moderno como um indivíduo investido por uma tecnologia política que tem como objeto o corpo, evidenciando um sujeito que se constitui a partir de uma rede de poderes que estão arraigados na estrutura social e que, por sua vez, foram desenvolvidos e aprimorados a partir do século XVII. A datar deste século, registra-se a emergência do exercício do poder disciplinar na sociedade ocidental, com suas novas técnicas e mecanismos, bem como seus novos objetivos. No século XVIII, o capitalismo industrial e sua busca pelo crescimento econômico coloca o corpo do indivíduo moderno no centro desse novo poder.

De fato, o nível em que eu gostaria de seguir a transformação não é o nível da teoria política, mas, antes, o nível dos mecanismos, das técnicas, das tecnologias de poder. [...] nos



*Sujeitos femininos de direito:
Paradoxos da política de identidade e a dominação sobre as mulheres*

séculos XVII e XVIII, viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual. Eram todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade. Eram também as técnicas pelas quais se incumbiam desses corpos, tentavam aumentar-lhes a força útil através do exercício, do treinamento, etc. Eram igualmente técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder que devia se exercer, da maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios: toda essa tecnologia, que podemos chamar de tecnologia disciplinar do trabalho. Ela se instala já no final do século XVII e no decorrer do século XVIII. (FOUCAULT, 2010, p. 203).

A partir das sociedades industriais, foi-se constituindo um grande esforço de disciplinarização e de normalização do social. Os mecanismos de controle e ajustamento social se dão tanto de forma sutil, por meio da propagação de modelos e da prescrição de comportamentos desejáveis, quanto de forma mais rigorosa, por meio de regulamentações, controles e exclusão dos “degenerados”.

A nova ordem econômica tornou necessário o estabelecimento de novas normas e padrões de comportamento. Aí, o corpo, investido política e socialmente como força estatal e como força de trabalho, passa a ser monitorado e controlado. Para Foucault, o corpo é o lugar no qual se inscrevem as leis sociais por meio das práticas e discursos. Por isso, a investigação a propósito do controle que se impõe sobre esse corpo é fundamental para a compreensão dos saberes e poderes presentes em nossa sociedade (FOUCAULT, 2020).

E por isso, esse foi um dos temas centrais da obra de Michel Foucault, o disciplinamento dos corpos enquanto estratégia de poder própria do

desenvolvimento de sofisticadas tecnologias de poder com a emergência de certas instituições modernas como a escola, o hospital, a prisão, os hospícios e a fábrica. A disciplinaridade garante a regulação dos costumes e dos hábitos. É pela disciplina que as relações de poder se tornam mais perceptíveis, pois é por meio delas que se estabelecem as relações de opressor versus oprimido, de comando versus comandados. Os mecanismos disciplinares são assim internalizados, e é o que o autor chama de biopoder, um poder que controla a vida social por dentro e que se revela nos discursos elaborados sobre o corpo (FOUCAULT, 2020, p. 150).

O autor destacou fortemente essa ótica de identificar e analisar as relações de poder pelo controle dos corpos e nesse sentido é possível identificar como instituições, normas, costumes e valores são criados e fornecem base, estrutura para nossa sociedade patriarcal e capitalista, seja a escola, a igreja, a família e principalmente o Estado. Como nos traz Danièle Kergoat, “Patriarcado e capitalismo se combinam e exploram dominando e dominam explorando” desde o fim dos laços da feudalidade. Formam juntos, uma dupla opressão sobre mulheres, construindo diferenças, marcadores e papéis sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos pela biologia (KERGOAT, 2010).

É nesse contexto, como já sinalizado por Laqueur, Schiebinger e também Foucault, que emerge uma nova concepção do corpo, do sexo e prazer femininos, uma redefinição do espaço destinado à mulher na sociedade europeia que encontrava-se em profunda modificação econômica, social e política. É neste cenário que a área médica, com a criação de novas disciplinas, como a obstetrícia, a ginecologia e a psiquiatria, dispõe o corpo feminino tornando-o objeto da medicina, promovendo a sua domesticação e medicalização, como colocado por Schraiber et al. (2002) no Prefácio da obra de Elisabeth Vieira “A medicalização do corpo feminino” – entendendo por medicalização a transformação de aspectos da vida em objetos da medicina, assegurando a criação e a manutenção de controles e normas sociais –, apontando que foi sobre os processos somáticos da mulher que se deu parte do



investimento do projeto social de vida da emergente sociedade burguesa, com o corpo como realidade biopolítica e a medicina como estratégia desta mesma biopolítica.

Sobretudo intervencionista, esta prática médica traz consigo discursos que disciplinam os corpos. Para Vieira (2002), embora desde o início do século XVI já seja possível perceber sua aproximação com as questões da concepção, é somente durante os séculos XVIII e XIX que a prática de cuidados com o corpo da mulher, considerada como competência exclusiva dos médicos, irá ser legitimada. O que a autora coloca é que a medicalização do corpo feminino se estabelece fundamentalmente a partir do século XIX e, nesse contexto, um dos principais discursos existentes era o da exaltação da maternidade.

Denyse Baillargeon (2000) usa o termo *experts* para designar o modo como os médicos, sob o pretexto do conhecimento acerca do corpo das mulheres e da fisiologia da gravidez e do parto, acabam promovendo-se a especialistas ou, como ela destacou, *experts* da natureza feminina, achando-se no direito de determinar normas e se pronunciarem em questões sociopolíticas. Médicos estes preocupados com alguns órgãos exclusivos do corpo feminino, principalmente os da geração. Sua conservação a todo custo, resulta na representação da mulher como um grande útero, um par de ovários e trompas. Como destaca Martins,

Se a Obstetrícia se constituiu como a especialidade médica voltada para a mulher no exercício das suas funções reprodutivas para que ela bem cumprisse suas determinações naturais, no século XIX outra especialidade médico-cirúrgica passou a enunciar a verdade sobre a natureza feminina. Mais ambiciosa do que a Obstetrícia, a ginecologia foi constituída como a ciência da mulher, retomando o fio ideológico da alteridade feminina. Explicar o que era a mulher demandava um aprofundamento na complexidade da sua natureza e esta era percebida então como sendo essencialmente sexual, portanto,



os ginecologistas se voltaram para a pélvis feminina, para o *locus* da sua definição; lugar instável e responsável pelo destino da mulher, seja na realização socialmente esperada de esposa e mãe, seja nos seus desvios patológicos. (MARTINS, 2010, p. 22-23).

Com a medicina das Luzes, o útero passa a ter um papel central no corpo feminino, não sendo mais visto como semelhante aos testículos, tornando-se a prova de que a natureza havia confiado às mulheres a missão de gerar, de procriar. E é assim que o modelo de mulher produzido pelos textos médicos dá início à negação da sexualidade feminina, que era totalmente direcionada para a reprodução (CHALKER, 2011).

É possível perceber então, principalmente a partir do século XVII até o XX, ainda com Freud (1962), como as transformações da sociedade, pelo viés político e econômico, trazem consigo profundas mudanças culturais, da ordem das coisas, dos lugares e papéis sociais. Como a sociedade cria mecanismos de controle e de disciplinarização. Nessa nova sociedade que se forma, o papel da mulher se torna socialmente destinado ao espaço privado, corroborado pelo discurso médico, que a predestinava à maternidade, visto que seu corpo perdera a capacidade de satisfação e era naturalmente feito à reprodução. Principalmente porque o novo entendimento de que na fêmea humana, e na maior parte dos mamíferos, a ovulação é de fato independente do coito, e também do prazer.

No final do século XVIII, “os direitos das mulheres ao prazer sexual não eram realçados, mas desintegraram-se como uma consequência inesperada da elaboração de modelos mais sofisticados de reprodução” (MCLAREN, 1985, p. 340). Assim, como colocado por Laqueur, pode-se argumentar que “novas descobertas da biologia reprodutiva surgiram no último momento; a ciência parecia em harmonia com as demandas da cultura” (LAQUEUR, 2001, p. 20). Embora, essas descobertas de fato não tivessem acontecido e,



verdadeiramente, os avanços científicos não se vinculassem à desvalorização do orgasmo feminino.

A relação aqui entre poder e sexualidade feminina (no sentido do prazer, do orgasmo, do conhecimento e aceitação do clitóris – como órgão existente e exclusivo ao prazer feminino) conversam com a dominação masculina sobre as mulheres, mais especificamente no contexto das novas formulações sociais a partir do século XVII, com a emergência do capitalismo industrial e da sociedade burguesa. É nesse novo ambiente que politicamente as relações sociais adquirem uma forma contratual, a partir do “Contrato Social”. Nessa perspectiva, Pateman (2020) descreve a formatação da sociedade civil e de direito político fundamentada por meio de um contrato original. Uma interpretação do contrato original é a de que os homens no estado natural trocaram as inseguranças dessa liberdade pela liberdade civil e equitativa, salvaguardada pelo Estado. Quanto às mulheres, que não participam do contrato original, elas, por sua vez, são o objeto do contrato. Assim, enquanto o contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição (PATEMAN, 2020, p. 14), ou seja, da dominação masculina e da sujeição feminina.

O fundamento do estudo da autora é justamente demonstrar, nesse cenário, “um tipo muito especial de propriedade, a propriedade que os indivíduos detêm em suas pessoas” por meio das relações de poder. É, indubitavelmente, aí que reside a síntese da dominação masculina (PATEMAN, 2020, p. 18).

Como ainda traz Pateman (2020, p. 32-33) “Contar a história do contrato sexual é mostrar como a diferença sexual, o que é ser “homem” ou “mulher”, e a construção da diferença sexual enquanto diferença política são essenciais para a sociedade civil”. Com esse entendimento é possível correlacionar tudo o que fora apresentado até aqui a partir das perspectivas sobre o controle do corpo feminino e poder, sobre a diferença sexual entre homens e mulheres no sentido das funções do seu corpo, da sexualidade, do prazer, do orgasmo, das capacidades para ocupar os espaços, como o público e o privado, e assumir papéis, como os negócios ou a maternidade.



Com a mulher reservada a este espaço, apresenta-se o apagamento físico e discursivo do clitóris, principalmente com Freud visando à relação heterossexual, que por sua vez, possibilita a procriação. Em acordo com Laqueur, se por um lado, o clitóris é o órgão do prazer sexual das mulheres, por outro, sua fácil reação ao toque torna difícil domesticá-lo para o coito reprodutivo heterossexual, e esse seria o problema de Freud (LAQUEUR, 2001, p. 284-85). Este chega a sugerir, que a repressão da sexualidade feminina na puberdade, marcada pelo abandono do clitóris, aumenta o desejo masculino e estreita a teia da união heterossexual, na qual a reprodução, a família e a própria civilização parecem repousar: “A intensificação do freio sobre a sexualidade causada pela repressão da puberdade nas mulheres serve de estímulo à libido dos homens e causa um aumento na sua atividade” (FREUD, 1962, p. 123). Assim estabelecido, a “maquinaria masculina” do clitóris é abandonada, a vagina é carregada eroticamente e o corpo é fixado para o coito reprodutivo.

Baseando-se no conhecimento disponível a Freud em sua época, Laqueur argumenta que o que ele escreveu na linguagem de biologia a respeito da mudança de sensibilidade erógena do clitóris para a vagina não se baseava de forma alguma na anatomia ou na fisiologia. Tanto a migração da sexualidade feminina quanto a oposição entre a vagina e o pênis devem, portanto, ser compreendidos como rerepresentações de um ideal social (LAQUEUR, 2001, p. 285). Desta forma, certamente Freud sabia que o ponto do prazer erótico da mulher era o clitóris, que competia com o ponto culturalmente necessário de seu prazer, a vagina. Esse é um explícito exemplo de como o discurso se curvou aos interesses sociais, e de como o discurso masculino se apropriou do conhecimento e do próprio corpo femininos.

Considerações finais



Esta pesquisa teve por objetivo discutir as questões do feminismo e, deprender daí um modo de fazer política capaz de responder aos dilemas da desigualdade tal como se expressam no âmbito das hierarquias de gênero, evitando os esquemas que acentuam gênero como definição do que alguém é. E assim, lidar com a pluralidade que atravessa as experiências dos sujeitos, já que a tônica no debate atual traz a ideia de interseccionalidade, em que diferentes marcadores sociais se entrecruzam e potencializam a produção de distinções, diferenças, identidades.

Em síntese, é possível dialogar com o debate bibliográfico que trouxemos nos diz a respeito da relação entre gênero, corpo e relações de poder, dentro de uma trajetória de séculos – a datar, principalmente do século XVII –, com a atualidade no tocante a estes mesmos temas, considerando uma pequena amostra do social, a partir do questionário por nós aplicado. O apagamento físico e discursivo do clitóris promoveu uma castração do prazer feminino que pode ainda ser constatado nos dias atuais, bem como a opressão contra as mulheres promovida pelos homens.

Trata-se, pois, de um tema fecundo para reflexão, não só para entender os problemas de gênero, pois está no cerne das polêmicas atuais sobre direitos individuais e identidades de grupo em todos os espaços sociais, culturais, econômicos e políticos.

REFERÊNCIAS

BAILLARGEON, Denyse. No calor do debate: a maternidade em perspectiva. **Textos de História**, 8(1/2), pp. 139-155, 2000.

BEAUVOIR, Simone. **Por uma moral da ambiguidade**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.



Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.8 N.16 [2022]
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2022.253130>

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2002.
- BOZON, Michel. Orientations intimes et constructions de soi. Pluralité et divergences dans les expressions de la sexualité. **Sociétés Contemporaines**, 41-41, pp. 11-40, 2001.
- BURGUIÈRE Paul, GOUREVITCH Danielle et MALINAS Yves. **Soranos d’Ephèse – Maladies des femmes – Tome I**, Paris: Les Belles Lettres, 1988.
- CHALKER, Rebecca. **A verdade sobre o clitóris: o mundo secreto ao alcance da sua mão**. Rio de Janeiro: Imago, 2011.
- CHAPERON, Sylvie. **Organes sexuels**. In: J. Rennes (dir.), Encyclopédie critique du genre. La Découverte. 2016, pp.428-438.
- CHOULANT, Ludwig. **History and bibliography of anatomic illustration**. trad. de l’allemand par Frank MORTIMER, Chicago: University of Chicago Press, 1920.
- CLEMENT, Michèle. De l’anachronisme du clitoris. **Le Français préclassique**, 13, pp.27-45, 2011.
- COLOMBO, Maceo Realdo. De re anatômica. **Veneza**, 1(16), pp. 447-448, 1559.
- COSTA, Michelly Aragão Guimarães. O feminismo é revolução no mundo: outras performances para transitar corpos não hegemônicos. **Interterritórios**, 4(6), pp. 187-193, 2018.
- DEAN-JONES, Lesley. **The politics of pleasure: female sexual appetite in the Hippocratic corpus**. In.: D. C. Stanton (dir.), Discourses of sexuality: from Aristotle to AIDS, University of Michigan Press (Ann Arbor), 1992, pp. 48-77.
- DOSSE, F. **A História à prova do tempo: da História em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
- FAUSTO-STERLING, Anne. The Five Sexes: why male and female are not enough. **The Sciences**, pp. 20-25, 1993.



FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNÁNDEZ, M.L.; FERNÁNDEZ, M.V.C.; CASTRO, Y.R. **O clítoris e seus segredos**. Unidade de Igualdade, Universidade de Vigo, Vigo, Espanha. 2013.

FILLOD, Odile. **Modelo 3D de um clítoris vai ajudar a educação sexual de alunos franceses**. Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/modelo-3d-de-um-clitoris-vai-ajudar-a-educacao-sexual-de-alunos-franceses-5398093.html>.

FLANDRIN, Jean Louis. **Sexo e Ocidente: Evolução das atitudes e dos comportamentos**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1. A vontade de saber**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra: 2020.

FOUQUET, Catherine; KNIBIEHLER, Yvonne. **La femme et les médecins: analyse historique**. Paris: Hachette, 1983.

FREUD, Sigmund. **Three Essays on the Theory of Sexuality (1905)**. In.: Standard Edition of the complete works of Sigmund Freud. London: The Hogarth Press, 1962.

FUNARI, Pedro Paulo A. Romanas por elas mesmas. **Cadernos Pagu**, 5, pp. 179-200, 1995.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

HANSON, Ann Ellis. **Disease of women in the epidemics**. In.: Baader & Winau (dir.), Die hippokratishen Epidemien: Theorie, Praxis. Stuttgart: Steiner Verlag, 1989.

HEXTER, Jack. Publish or Perish - A Defense. **The Public Interest**, 17, pp. 60-77, 1969.

HOOKS, Bell. **El feminismo es para todo el mundo**. Ed. Traficante de Sueños. Madrid, 2017.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, 86, p. 93-103, 2010.

KNIBIEHLER, Yvonne. **Qui gardera les enfants? Mémoire d'une féministe iconoclaste**. Paris: Calmann-Lévy, 2007.

KNIGHT Mary. Curing cut or ritual mutilation? Some remarks on the practice of female and male circumcision in graeco-roman Egypt. **Isis**, 92(2), pp. 317-338, 2001.

KOBELT, Georg Ludwig. **The female sex organs in humans and some mammals**. In: *The Classic Clitoris: Historic Contributions to Scientific Sexuality*. Chicago: Nelson-Hall, 1978.

LAQUEUR, Thomas. **Amor veneris, vel dulcedo appeletur**. In: *Fragmentos para a historia del cuerpo humano*. Madri: Taurus Santillana, 1992.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Heteronormatividade e Homofobia**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2009.

LUZ, Thales Pontes. Medicina no Século XXI. **Revista Brasileira de Educação Médica**, 23(2-3), pp. 5-10, 1999.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, 16(2), pp 333-357, 2008.

MCLAREN, Angus. **The pleasures of procreation: Tradicional and bio-medical theories of conception**. In: William Hunter and the Eighteenth-Century Medical World. Cambridge: University Press, 1985.

MONTEIRO, Renata Lúcia de Souza Gaúna; SANTOS, Dayane Silva. A utilização da ferramenta *Google Forms* como instrumento de avaliação do ensino na escola superior de guerra. **Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação**, 4(2), pp. 28-38, 2019.

MOTA, Janine da Silva. Utilização do *Google Forms* na pesquisa acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação**, 6(12), pp. 371-380, 2019.

NASH, Mary. **Desde la invisibilidad a la presencia de la mujer en la historia: corrientes historiográficas y marcos conceptuales en la nueva historia de la mujer en Nuevas perspectivas sobre la mujer**. Actas de las I Jornadas de Investigación Interdisciplinar. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, pp. 18-37, 1982.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, 8(2), pp.9-42, 2000.

O'CONNELL et al. **Anatomical relationship between urethra and clitoris**. Australia: University of Melbourne, 1998.

O'CONNELL, H., SANJEEVAN, K.V., HUTSON, J.M. Anatomy of the clitoris. **Journal of Urology**, 174, pp. 1189-1195, 2005.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

PEREIRA, Aline Mikaela. **A representação da mulher no livro didático de História**. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru: EDUSC, 2005.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, 11, pp.89-98, 1998.

- REVERÓN, Rafael Romero. Rufus de Éfeso (I d.C.). Médico y Anatomista Greco-romano. **Int. J. Morphol.**, 31(4), pp. 1328-1330, 2013.
- ROBSON, James. **Aristophanes: an introduction**. London/New York: Bloomsbury, 2009.
- ROSEN, RM. **Hipponax, Boupalos e as convenções dos psogos**. In: TAPhA 118, 1988.
- SCHIEBINGER, Londa. Skeletons in the closet: The first illustrations of the female skeleton in eighteenth-century anatomy. In: C. Gallagher (ed.). *Making of the Modern Body*. Berkeley: University of California Press, 1987, pp. 42-82.
- SCHRAIBER, Lilia Blima et al. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**, 36(4), pp. 470-477, 2002.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, 20(2), pp. 71-99, 1995.
- SENA, Tito. **Os Relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite: as sexualidades estatísticas em uma perspectiva das Ciências Humanas**. 311f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2007.
- SILVA, Gilvan Ventura. Prisioneiras do esquecimento: a representação das mulheres nos livros didáticos de história. **Dimensões**, 23, pp. 45-66, 2009.
- SOIHET, Rachel. **História das Mulheres**. In: Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, 27(54), pp. 281-300, 2007.
- STRÖMQUIST, Liv. **A origem do mundo: uma história cultural da vagina ou a vulva vs. o patriarcado**. São Paulo: Quadrinhos na Cia, 2018.
- VIEIRA, Elisabeth. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

*Sujeitos femininos de direito:
Paradoxos da política de identidade e a dominação sobre as mulheres*

Submissão em 31 de janeiro de 2022.

Aceite em 31 de março de 2022.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.8 N.16 [2022]
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2022.253130>